

HABEAS CORPUS Nº 493.245 - RJ (2019/0041554-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : FABRICIO ALVES DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : JORGE JOSE MONTEIRO DO CARMO (PRESO)
PACIENTE : MURILO DA ROCHA SANTOS (PRESO)

DECISÃO

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão trazida, de redução da pena-base ao mínimo legal, afastando-se os maus antecedentes de Murilo e Jorge, fixação de majoração mais branda quanto às causas de aumento do crime de roubo para Murilo e Fabrício e abrandamento do regime prisional para Fabrício, são de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator